

Nota Informativa

Edição 059/2023

DESTAQUES

- Governo divulga texto final do arcabouço fiscal; veja detalhes
- Pacheco pede regulação de redes sociais para combater violência em escolas
- Governo registra derrubada de 756 perfis dedicados a mensagem de ódio nas escolas
- Finep já supera R\$ 1 bilhão em operações de crédito para apoiar inovação em 2023
- Twitter rotulará conteúdo que violar regra de discurso de ódio

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Estudo inédito do MDIC apresenta raio-X das soluções das 'Cidades Inteligentes' no Brasil e no mundo
- Conselho Consultivo da Anatel se reúne em Brasília
- Sociedade pode contribuir com o aprimoramento da infraestrutura em telecomunicações
- Congresso em Foco e Sleeping Giants se unem para bloquear anúncios em sites de desinformação
- Anatel participa de evento internacional sobre concorrência
- Governo Lula e Congresso avançam em regulação de big techs sob pressão de ataque a escolas
- Debate de Lula com ministros sobre violência nas escolas é marcado por críticas a plataformas digitais
- Inteligência Artificial (IA) é um risco ao homem, diz presidente da Telefonica
- Anatel destaca a relevância do atual estado da cooperação entre Brasil e China

REFORMA TRIBUTÁRIA

'Governo, oposição e diferentes setores querem reforma tributária', diz relator

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Federal retoma Fórum Interconselhos e lança Plano Plurianual Participativo

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

LDO de 2024 detalha benefícios fiscais que devem mudar após a reforma tributária

CAE aprova crédito de até US\$ 750 milhões para financiar microempresas

Empréstimo de até US\$ 1 bi para programa de acesso a crédito é aprovado pela CAE

Mudança na política de juros do BNDES será enviada ao Congresso pela Fazenda, diz Barbosa

BNDES abre linha de R\$ 21 bilhões para micro, pequenas e MEIs

JUDICIÁRIO

Moraes diz que método de atentados nas escolas é o mesmo usado em ataques de 8 de janeiro

ORÇAMENTO

Governo exclui dividendos e concessões do cálculo de receitas do novo arcabouço

LDO tem R\$ 155 bi em receitas incertas para zerar o déficit

Arcabouço fiscal terá mais de 10 exceções já previstas no teto de gastos, mas vai limitar aportes no BNDES e na Caixa

Tebet apresenta o PLDO de 2024 e reforça a importância da aprovação do arcabouço fiscal para a garantia de políticas públicas

POLÍTICA

Reforma tributária e arcabouço fiscal são prioridades do novo líder da Maioria

Pacheco defende tramitação rápida do novo arcabouço fiscal no Congresso

Rogério Marinho: Pacheco decidiu e sessão no Congresso será no dia 26

Relator da reforma eleitoral, senador Marcelo Castro afirma que fará reforma 'radical para corrigir erros históricos'

SEGURANÇA PÚBLICA

Governo vai instalar fórum para implementar medidas preventivas para salvar vidas, afirma Rui Costa

Grupo criado por governo propõe programas de saúde mental e rede de inteligência para enfrentar violência em escolas

TRABALHISTA

Governo adia obrigatoriedade de condenações trabalhistas no eSocial

DESTAQUES

Governo divulga texto final do arcabouço fiscal; veja detalhes

Poder Executivo | 18/04/2023 – 15h54min

O Ministério da Fazenda divulgou nesta terça-feira o texto final do novo arcabouço fiscal, conjunto de regras e parâmetros para o controle das contas públicas. O presidente Lula entregará o texto ao Congresso Nacional ainda hoje. A nova regra fiscal substituirá o teto de gastos que vigora desde 2016 e limita o crescimento das despesas ao ano anterior, corrigido pela inflação. Com a nova regra, o governo pretende controlar o gasto público sem tirar dinheiro das áreas que considera essenciais, como saúde educação, além de garantir recursos para investimentos. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pacheco pede regulação de redes sociais para combater violência em escolas

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 14h06min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu a aprovação do projeto de lei que regulamenta a atuação das plataformas de redes sociais como uma das medidas de prevenção a violência das escolas. A afirmação foi dada durante evento no Palácio do Planalto, na terça-feira (18), com a presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva e de outras lideranças, quando o governo federal anunciou ações para ampliar a segurança no ambiente escolar. Para Pacheco, a escalada de violência e de outros problemas ligados à saúde mental no ambiente escolar foi agravada pelo uso indiscriminado da internet. Na sua avaliação, a situação precisa ser enfrentada com uma política pública eficaz elaborada e executada de forma integrada pelos poderes da União, por estados, Distrito Federal e municípios, mas também com a mobilização de toda sociedade brasileira. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo registra derrubada de 756 perfis dedicados a mensagem de ódio nas escolas

Poder Executivo | 18/04/2023 – 12h02min

O ministro Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) apresentou na terça-feira (18) um balanço relacionado ao combate à violência nas escolas, que inclui a derrubada de 756 perfis nas redes sociais dedicados a reproduzir o ódio, além disso, 225 pessoas foram presas em 10 dias por envolvimento com atentados em escolas. Dino foi um dos ministros presentes no encontro liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto, na manhã da terça (18), para anunciar um pacote de ações integradas para prevenir violência nas escolas. Participaram ministros de estado, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), parlamentares, governadores e secretários de Educação. A necessidade de regulação das redes sociais foi ressaltada por vários dos presentes, como Dino, Camilo Santana (Educação), Alexandre de Moraes (ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral) e Rodrigo Pacheco (presidente do Senado). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Finep já supera R\$ 1 bilhão em operações de crédito para apoiar inovação em 2023

Poder Executivo | 18/04/2023 – 11h56min

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), liberou R\$ 1,16 bilhão para operações de crédito até a última sexta-feira, 14 de abril. O volume de recursos desembolsado para fomento a projetos científicos e tecnológicos representa mais que o dobro do que foi concedido no mesmo período de 2022 e o triplo em relação a 2021. Do valor total liberado este ano pela Finep, a maior parte, equivalente a 89%, é de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Outros 9% são recursos próprios da Finep e 2% são do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). “O FNDCT é o principal instrumento público de financiamento da ciência brasileira e, através dele, mobilizaremos recursos para projetos estruturantes em áreas estratégicas para a reindustrialização e para a superação dos desafios do país”, disse a ministra Luciana Santos. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Twitter rotulará conteúdo que violar regra de discurso de ódio

Mercado | 18/04/2023 – 00h07min

O Twitter anunciou na 2ª feira (17) que passará a rotular publicações que violam as regras de conduta da plataforma contra o discurso de ódio. A medida inclui um alerta atrelado ao post avisando aos usuários que o conteúdo viola as regras da plataforma, conforme exemplo abaixo, e que o alcance a outros usuários será restringido. O comunicado foi publicado no blog da rede social. “Nós acreditamos que os usuários do Twitter têm o direito de expressar suas opiniões e ideias sem medo de censura. Também acreditamos que é nossa responsabilidade manter os usuários em nossa plataforma protegidos contra conteúdos que violem nossas regras”, diz o texto. Além da restrição de alcance, ficará proibida a vinculação de anúncios atrelados ao post rotulado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Estudo inédito do MDIC apresenta raio-X das soluções das ‘Cidades Inteligentes’ no Brasil e no mundo

Poder Executivo | 18/04/2023 – 15h24min

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulga na terça-feira (18/4), o estudo ‘Propriedade Intelectual – dados & fatos – Cidades Inteligentes’, que traz um panorama mundial de patentes associadas a ‘Cidades Inteligentes’, nos principais campos tecnológicos: conectividade, segurança, mobilidade e sustentabilidade. O levantamento, direcionado a gestores públicos e ao setor privado, mapeia quais são os principais agentes que estão realizando investimentos e pesquisa nessas tecnologias, e a evolução do interesse pelo tema nos últimos tempos no Brasil e no mundo. O ‘PI – dados & fatos – Cidades Inteligentes’ é resultado da parceria do MDIC com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por meio do Núcleo de Inteligência em Propriedade Industrial (NIPI), colegiado vinculado ao MDIC. A secretária de Competitividade e Políticas Regulatórias (SCPR) do MDIC, Andrea Macera, explica que o papel da SCPR é promover a competitividade da economia nacional através da melhoria do ambiente regulatório no país. Dentro do MDIC, a secretaria atua transversalmente, considerando aspectos da política industrial, comércio exterior e economia verde, dentre outras. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Consultivo da Anatel se reúne em Brasília

Mercado | 18/04/2023 – 14h45min

O Conselho Consultivo da Anatel se reúne no próximo dia 24 de abril, às 14h, na sede da Agência em Brasília (Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco H, 11º andar), com a seguinte pauta: 1. Abertura da 212ª Reunião do Conselho Consultivo. 2. Processo nº 53500.008884/2023-71. Relatório Anual de Gestão da Anatel - Exercício 2022. 3. Acompanhamento da implantação do 5G no Brasil. 4. Outros assuntos. Haverá transmissão da reunião pelo canal da Anatel no [YouTube](#). Órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência, o Conselho Consultivo é integrado por 12 membros, designados por decreto do presidente da República. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sociedade pode contribuir com o aprimoramento da infraestrutura em telecomunicações

Poder Executivo | 18/04/2023 – 13h19min

O Ministério das Comunicações (MCom) está coletando informações e dados para estabelecer os requisitos técnicos que serão seguidos ao realizar obras de instalação de redes de telecomunicações em conjunto com outras obras de infraestrutura. A sociedade pode contribuir com a Tomada de Subsídios até o dia 2 de junho de 2023, por meio da plataforma Participa + Brasil. "O Ministério quer saber os requisitos técnicos mínimos que essa infraestrutura deve ter, de modo a garantir que a infraestrutura implantada seja de fato adequada à prestação de serviços de telecomunicações", explica o diretor de Investimento e Inovação do MCom, Pedro Lucas Araújo. Na prática, a instalação conjunta de infraestrutura permitirá que fibras ópticas sejam enterradas aproveitando obras de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia elétrica, dentre outras. "A implantação conjunta é interessante porque tende a ser mais barata e rápida do que a instalação de redes de telecomunicações em obras já prontas, que costuma requerer novas obras e licenças", acrescenta o diretor. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso em Foco e Sleeping Giants se unem para bloquear anúncios em sites de desinformação

Mercado | 18/04/2023 – 11h47min

O Congresso em Foco e o Sleeping Giants Brasil lançam na terça-feira (18) o Money Blocker, extensão para o Google Chrome que bloqueia anúncios publicitários em portais que comprovadamente divulgam desinformação. Com o bloqueio dos anúncios, sites não confiáveis deixam de faturar com as chamadas fake news. O Money Blocker funciona como um plug-in e pode ser instalado no computador do usuário. Depois que você instalá-lo, ao acessar um site que comprovadamente propague desinformação, o banner do patrocinador será bloqueado no seu navegador. No lugar, aparecerá um quadro vermelho, com um convite para você acessar páginas de jornalismo confiável. Clique na mensagem e seja redirecionado automaticamente para sites confiáveis. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel participa de evento internacional sobre concorrência

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 11h31min

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou em pronunciamento na sexta-feira (14) que a Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente, vai realizar audiência pública para discutir o uso das redes sociais para incitar ódio, violência e racismo. O parlamentar afirmou que os casos aumentaram de forma expressiva nos últimos anos, causando medo e perplexidade na população. Segundo ele, a comissão vai ouvir especialistas de todas as áreas e representantes de empresas como Facebook, Instagram, Twitter e TikTok. — Liberdade de

expressão e de opinião não é liberdade de agressão, de ofensa. Não é fomento a criminalidade, não é fomento a morte e até assassinatos, como estamos vendo crescendo no Brasil. Os resultados são trágicos, não podemos subestimar o potencial negativo que ela tem com o indivíduo. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula e Congresso avançam em regulação de big techs sob pressão de ataque a escolas

Poder Executivo | 18/04/2023 – 11h26min

Depois de uma tentativa fracassada no ano passado de acelerar projeto que regula a atuação de plataformas no país, o Congresso acerta os últimos detalhes de um texto que deve ser votado até o fim do mês, em meio à pressão sobre redes sociais motivada pelos recentes ataques a escolas. O relator do texto, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), finalizou na segunda-feira (17) uma minuta de substitutivo, incorporando algumas sugestões do governo. Agora, ele começa a rodar as bancadas de deputados para negociar ajustes à proposta que será votada em plenário. Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a expectativa é que o projeto, apelidado de PL das Fake News, seja votado nos dias 26 e 27 deste mês. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Debate de Lula com ministros sobre violência nas escolas é marcado por críticas a plataformas digitais

Poder Executivo | 18/04/2023 – 10h42min

O presidente Lula (PT) participou na terça-feira (18) de um encontro com ministros de seu governo, governadores e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para debater ações que permitam combater a escalada da violência nas escolas. Em comum entre os pronunciamentos, críticas e cobranças em relação às plataformas digitais, muitas vezes usadas para disseminação de ódio e organização de ataques presenciais em escolas. O encontro ocorreu no Palácio do Planalto. Participaram do encontro o vice-presidente da República e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Camilo Santana (Educação), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), Nísia Trindade (Saúde) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Também estão os governadores de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), de Goiás, Ronaldo Caiado (União), do Mato Grosso, Mauro Mendes (União), de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Pará, Helder Barbalho (MDB). Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inteligência Artificial (IA) é um risco ao homem, diz presidente da Telefonica

Mercado | 18/04/2023

O presidente e CEO da Telefonica, Jose Maria Alvarez-Pallete, que também preside a GSMA, entidade que reúne operadoras e fabricantes de telecom globalmente, advertiu sobre os riscos existenciais associados ao desenvolvimento de um modelo GenAI (inteligência artificial generativa) fora de controle. Embora reconheça o potencial das plataformas para potencializar “exponencialmente” a humanidade, Pallete alertou “como já aconteceu em revoluções tecnológicas anteriores, não podemos deixar que saia do nosso controle. Nem tudo que a tecnologia é capaz de fazer é necessariamente bom ou socialmente aceitável”. “Um GenAI descontrolado ou sedento de poder é um risco existencial”, acrescentou o presidente e o CEO da Telefonica, lembrando o potencial da tecnologia para desempenhar um papel em desenvolvimentos prejudiciais aos humanos, biológica ou socialmente, com “campanhas em massa de desinformação sistemática e indetectável”. “As próprias empresas que desenvolvem

o GenAI o fazem sem saber como interromper o processo quando o GenAI adquire um grau de autonomia desenfreada”, ressaltou. O CEO da Telefônica é mais um executivo que apoia a pausa nos desenvolvimentos da GenAI, como pedido por executivos em carta aberta e por reguladores. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel destaca a relevância do atual estado da cooperação entre Brasil e China

Poder Executivo | 17/04/2023 – 16h31min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) reconhece que a cooperação entre o Brasil e a China elevou-se a um novo patamar com a assinatura de Memorando de Entendimento entre a Agência, o Ministério das Comunicações (MCom) do Brasil e a Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China na última sexta-feira, 14 de abril, em Pequim, durante a viagem da delegação liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país. Para Carlos Baigorri, presidente da Anatel, “a excelente relação de trabalho que a Anatel tem estabelecido com o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China fica reforçada e ganha novas perspectivas, que estamos prontos para explorar já nas próximas semanas”.

Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

‘Governo, oposição e diferentes setores querem reforma tributária’, diz relator

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 15h16min

O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse, na terça-feira (18), que há um ambiente favorável à aprovação das mudanças. O parlamentar atribui esse cenário a um alinhamento dos interesses do governo federal, de diferentes atores políticos, mesmo os da oposição, e de entidades setoriais na aprovação da reforma. Ribeiro disse já ter conversado sobre o tema com os governadores Romeu Zema (Novo-MG) e Eduardo Leite (PSDB-RS), que indicaram ser favoráveis à revisão. — Chegamos em um momento insustentável, porque nós não temos mais como conviver com esse sistema por uma razão muito simples: a guerra fiscal [entre entes federativos] que foi instituída, que se justificava num momento da nossa história recente, deixou de existir a partir do momento em que os estados produtores começaram a entrar na guerra. Quando São Paulo começa a entrar no jogo e dizer que 'o que a Paraíba faz, eu faço', o sujeito não vai deixar de estar no mercado consumidor para ir lá para a Paraíba. Então, as armas deixaram de existir — justificou. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo Federal retoma Fórum Interconselhos e lança Plano Plurianual Participativo

Poder Executivo | 18/04/2023 – 10h09min

A Secretaria-Geral da Presidência da República realiza, na terça e quarta-feira (18 e 19), o primeiro Fórum Interconselhos da atual gestão do Governo Federal, que reunirá cerca de 300 pessoas em Brasília. O Fórum dará início ao processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) Participativo, que será lançado oficialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 19. Na ocasião, o presidente também anunciará a instalação do Conselho de Participação Social da Presidência da República e dará posse aos seus integrantes. Instituído em 2011, o Fórum Interconselhos foi interrompido em 2017, mas antes suas diversas edições orientaram a construção participativa dos PPAs 2012–2015 e 2016–2019, incluindo no plano

diversas propostas apresentadas pela sociedade civil por meio de amplo processo de participação social. Nesta edição, o Fórum será a primeira etapa do cronograma de elaboração do PPA Participativo 2024-2027. A iniciativa atende à determinação do Governo Federal de ampliar a participação da sociedade nas decisões de investimento dos recursos públicos nos próximos anos. O evento reúne representantes de conselhos nacionais de políticas públicas, da sociedade civil e do Governo Federal para discutir e apresentar propostas que podem passar a integrar o planejamento do uso dos recursos públicos para os próximos quatro anos. A cerimônia de abertura, na terça-feira (18), às 9h, contará com a participação dos ministros Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento. No dia seguinte (19), em evento marcado para as 11h, o presidente Lula fará o lançamento oficial do PPA Participativo e instalará o Conselho de Participação Social. Fonte: ASCOM Secom

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

LDO de 2024 detalha benefícios fiscais que devem mudar após a reforma tributária

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 13h38min

O governo estimou em R\$ 486,1 bilhões os incentivos fiscais para o ano que vem no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/23), boa parte desse total – R\$ 178,7 bilhões – deve ser revisto com a reforma tributária porque se referem a tributos federais sobre o consumo que podem ser extintos. A reforma tributária pretende unificar cinco impostos sobre o consumo – IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS – em um único tributo. A ideia é evitar que os governos possam reduzir ou isentar grupos do pagamento do novo imposto. No máximo, segundo o coordenador do [GT da Reforma Tributária](#), deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), seriam criadas alíquotas diferenciadas para setores inteiros, como Educação. O grupo de trabalho adiantou também que o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus não devem ser modificados na reforma tributária. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

CAE aprova crédito de até US\$ 750 milhões para financiar microempresas

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 11h51min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (18) a mensagem do governo federal que solicita a garantia da União à operação de crédito externo, no valor de US\$ 750 milhões, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao Programa Global de Crédito Emergencial BID-BNDES de Financiamento às Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego. O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), deu parecer favorável à mensagem. Após vista coletiva concedida no dia 11 de abril, os senadores ouviram também na terça-feira, em audiência pública, o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Henrique Barbosa Filho. A mensagem foi apresentada pelo governo federal passado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Empréstimo de até US\$ 1 bi para programa de acesso a crédito é aprovado pela CAE

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 11h36min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (18) contratação de crédito externo no valor de até US\$ 1 bilhão para financiamento parcial do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), executado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos virão do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD),

o banco de fomento dos Brics, o bloco econômico que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A MSF 40/2021 recebeu parecer favorável do relator, o senador Omar Aziz (PSD/AM). Na reunião deliberativa de 11 de abril, foi concedida vista coletiva à matéria. Os senadores aprovaram na terça-feira urgência para análise em Plenário, na forma de Projeto de Resolução do Senado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mudança na política de juros do BNDES será enviada ao Congresso pela Fazenda, diz Barbosa

Poder Executivo | 18/04/2023 – 11h33min

O diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa, afirmou que a mudança da política de juros do banco deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em conjunto com as medidas de crédito que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está finalizando. Barbosa participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para prestar informações sobre as operações de crédito externo, com a garantia da União, entre essa instituição e outras instituições financeiras internacionais, bem como a aplicação desses recursos nos programas de incentivo às micro e pequenas empresas. Segundo o diretor do BNDES, a TLP não deixará de existir, mas a ideia é que o FAT seja remunerado também pela Selic ou taxa pré-fixada. "O que nós estamos propondo aqui, e isso virá em um projeto de lei para os senhores avaliarem, que na parte interna, o BNDES possa remunerar o FAT ou pela TLP, a TLP continua existindo ela não acaba, mas possa remunerar também a Selic ou a taxa pré-fixada. São as taxas que o Tesouro capta. E mantendo a parte cambial. Isso é uma proposta que está em discussão com o ministério da Fazenda e deve ser enviada dentro das medidas de crédito que o ministro Haddad está finalizando", explicou Barbosa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BNDES abre linha de R\$ 21 bilhões para micro, pequenas e MEIs

Poder Executivo | 18/04/2023

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a oferta de mais R\$ 21 bilhões em novos créditos garantidos pelo Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC), destinado a microempreendedores individuais (MEIs), além de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O volume é possível por conta da disponibilização de R\$ 1,75 bilhão em garantia para contratação de operações de créditos por meio das 46 Instituições Financeiras (IF) habilitadas. Esse movimento tem caráter anticíclico e vem contribuindo para mitigar os efeitos da retração de crédito. "Essa nova linha é voltada para MEI, micro, pequenas e médias empresas, no valor de R\$ 21 bilhões, lastreado no FGI PEAC. Nós vamos passar a 70 parceiros, garantindo até 80% de cada operação, ajudando a diminuir a crise de confiança de crédito e a oxigenar a economia", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Moraes diz que método de atentados nas escolas é o mesmo usado em ataques de 8 de janeiro

Poder Judiciário | 18/04/2023 – 11h06min

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, defendeu a regulação das redes sociais e afirmou que o modus operandi das agressões nas escolas incentivadas pelas redes sociais é o mesmo ao utilizado contra as urnas eletrônicas, contra a democracia e nos ataques do dia 8 de janeiro. Ele destacou que os ataques a escolas são impactantes, mas que o número de casos de mortes e adoecimentos em virtude de ataques pelas redes sociais “é algo incrível” e tem crescido no mundo todo. “Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual. É simples”, afirmou, ao participar de evento no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), governadores e prefeitos sobre os ataques as escolas. Moraes afirmou que as plataformas “se recusam ainda a serem responsabilizadas” e “dizem que são meros depósitos de informação”, mas defendeu que a mesma interpretação dada pelo TSE à legislação para combater a desinformação nas eleições seja agora aplicada para proteger crianças e adolescentes. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Governo exclui dividendos e concessões do cálculo de receitas do novo arcabouço

Poder Executivo | 18/04/2023 – 10h32min

O governo bateu o martelo sobre como vai ser calculada a receita que determinará o crescimento das despesas nos próximos anos. O texto sendo enviado ao Congresso nesta semana deixará quatro itens fora das contas, de acordo com o relatado à Folha. O governo vai tirar toda a arrecadação com concessões e permissões, dividendos e participações pagos por estatais, e ganhos com a exploração de recursos naturais (o que compreende principalmente royalties com petróleo) –além da conta com transferências constitucionais feitas a estados e municípios. O formato final era aguardado por analistas por afetar diretamente os cenários para o resultado primário e o endividamento público nos próximos anos. Isso porque a arrecadação vai ditar quanto os gastos crescerão em termos reais, na proposta do governo. Se a arrecadação crescer menos, os gastos também crescem menos. Os gastos avançarão em termos reais o correspondente a 50% ou 70% da evolução real das receitas verificadas no ano anterior (e sempre tendo como resultado final para eles um crescimento real final de 0,6% a 2,5%). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

LDO tem R\$ 155 bi em receitas incertas para zerar o déficit

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 05h01min

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado segunda-feira (17) conta com R\$ 155 bilhões em receitas incertas para zerar o déficit público em 2024. As propostas que permitirão esse incremento na arrecadação ainda não foram apresentadas e algumas, como a taxação de compras no exterior, são foco de disputa política. Segundo uma fonte da área econômica, se as receitas se frustrarem e a regra fiscal for aprovada, o governo poderá ter déficit no ano que vem, diferentemente do previsto. O texto sinaliza que, se o novo arcabouço fiscal for aprovado, as despesas no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser acrescidas em R\$ 172 bilhões. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Arcabouço fiscal terá mais de 10 exceções já previstas no teto de gastos, mas vai limitar aportes no BNDES e na Caixa

Poder Executivo | 18/04/2023

O projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal, que será entregue pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional na tarde da terça-feira (18), deixará algumas regras de fora da regra do limite para a evolução das despesas públicas, como atualmente já ocorre com o teto de gastos. O texto terá excepcionalidades como transferências constitucionais a estados e municípios, despesas realizadas por meio de crédito extraordinário (seguindo os critérios de imprevisibilidade e urgência), precatórios do Fundef, acordos de precatórios a serem pagos com desconto, transferências a fundos de entes subnacionais para cumprimento dos pisos de enfermagem, entre outros. Os gastos com aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional também deverão ficar de fora da regra, seguindo o que já ocorre no caso do teto de gastos. Mas a nova proposta terá uma trava no caso de empresas estatais financeiras. O dispositivo faz com que eventuais aportes feitos a bancos públicos como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Caixa Econômica Federal sejam contabilizados na regra, consumindo parte do espaço das despesas disponíveis em um exercício. A mesma limitação valerá para empresas dependentes do Tesouro Nacional. Fonte: Info Money

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tebet apresenta o PLDO de 2024 e reforça a importância da aprovação do arcabouço fiscal para a garantia de políticas públicas

Poder Executivo | 17/04/2023 – 18h53min

O Ministério do Planejamento e Orçamento detalhou na segunda-feira (17/4) o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, encaminhado ao Congresso Nacional na sexta-feira (14/4). Na entrevista coletiva em que esclareceram pontos da proposta de lei orçamentária, a ministra Simone Tebet e o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, mostraram os limites do teto de gastos e a importância de aprovar, com celeridade, o novo arcabouço fiscal para que o país consiga abrir espaço para manter as políticas públicas no próximo ano. “Se não aprovarmos o arcabouço, não teremos recursos para o Minha Casa, Minha Vida, para a malha rodoviária, para educação básica, atenção básica de saúde, farmácia popular, entre tantos outros programas”, disse a ministra, listando parte das despesas discricionárias, cuja execução ficaria afetada com um eventual manutenção da regra fiscal atual. O PLDO de 2024 ainda foi elaborado segundo a regra do teto de gastos, mas “conversa” com a proposta do arcabouço fiscal, que será entregue ainda essa semana ao Congresso Nacional. A ministra defendeu que o arcabouço é uma regra que permite o controle do gasto público, pois possui travas para impedir um crescimento das despesas em ritmo superior ao das receitas. Tebet e Bijos explicaram que, em 2023, a chamada PEC da transição garantiu R\$ 145 bilhões para que o governo eleito pudesse reconstruir políticas públicas abandonadas pelo governo anterior. Esse montante vale apenas para este ano. Já para 2024, a projeção atual indica um valor de R\$ 172 bilhões em despesas com políticas públicas, programas sociais e com o funcionamento da máquina que ficariam acima do teto. A solução proposta é que a despesa que exceder o teto fique condicionada, no Projeto de Lei Orçamentária, à aprovação do novo arcabouço. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Reforma tributária e arcabouço fiscal são prioridades do novo líder da Maioria

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 15h23min

O líder da Maioria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aponta a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal como as prioridades para este semestre na Câmara. O deputado acumula a função de líder com a de relator do grupo de trabalho que analisa a reforma tributária na Câmara. A proposta pretende unificar os impostos sobre o consumo em

um único Imposto sobre Bens e Serviços, ou em um tributo federal e outro subnacional, de estados e municípios. "Algumas pautas já estão norteando a pauta do Congresso, como é o caso da reforma tributária, que é um tema que vem desde 2019 sendo debatido à exaustão aqui na Casa. Então esse é um dos temas prioritários, não tenho dúvida nenhuma, e o arcabouço fiscal, que também está colocado. Prioritariamente são essas duas, que terão repercussão sobre todas as demais em função da importância do equilíbrio fiscal para o país. Esse será o grande desafio deste primeiro semestre aqui na Casa", disse. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pacheco defende tramitação rápida do novo arcabouço fiscal no Congresso

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 14h58min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu uma tramitação rápida do novo arcabouço fiscal no Congresso. Ele destacou que a nova regra é importante para equilibrar as contas públicas. Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) vão receber o texto da âncora fiscal na terça-feira (18). "A expectativa é de uma tramitação célere, tanto na Câmara dos deputados quanto no Senado, é muito importante se ter o arcabouço fiscal aprovado para o equilíbrio das contas públicas. Nós vamos nos dedicar muito para a apreciação rápida do arcabouço fiscal, como iniciativa do governo", disse o presidente do Congresso. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Rogério Marinho: Pacheco decidiu e sessão no Congresso será no dia 26

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 14h48min

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), anunciou que o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu adiar a sessão envolvendo as duas Casas para o dia 26 de abril. "Presidente Pacheco decidiu é a sessão ficou para o dia 26", disse Marinho. A expectativa de parlamentares opositoristas era que na sessão fosse lido o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Após a reunião, o líder do PL na Câmara, Altineu Cortes (RJ), lamentou a decisão de Pacheco e lembrou que a CPMI é um instrumento da democracia. Ele afirmou que o governo está manobrando para retirada de assinaturas. "Já houve denúncias, inclusive pela imprensa, de assédio do governo para retirada das assinaturas. Qualquer deputado que retirar uma assinatura, depois de 100 dias, vai nos gerar uma dúvida. Qual o motivo desse deputado ou senador retirar a assinatura?", questionou Côrtes. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da reforma eleitoral, senador Marcelo Castro afirma que fará reforma 'radical para corrigir erros históricos'

Poder Legislativo | 17/04/2023 – 17h03min

Designado como novo relator do projeto de lei da reforma eleitoral ([PLP112/2021](#)), o senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirmou que uma das maiores preocupações que tem é a quantidade de escândalos envolvendo políticos no Brasil. Ele participou da posse do filho, Marcelo Filho, na superintendência da Codevasf no Piauí, na segunda-feira (17), em Teresina. O projeto de lei complementar teve origem na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em setembro de 2021. A proposta é considerada como um novo Código Eleitoral, pois busca consolidar toda a legislação eleitoral e as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SEGURANÇA PÚBLICA

Governo vai instalar fórum para implementar medidas preventivas para salvar vidas, afirma Rui Costa

Poder Executivo | 18/04/2023 – 10h50min

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na terça-feira (18) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai instalar um “Fórum do Conselho da República” para implementar medidas preventivas para salvar vidas nas escolas. O anúncio ocorreu em reunião com governadores e prefeitos para tratar dos recentes atentados contra estudantes e professores. “Hoje é o dia em que o presidente da República reafirma o valor da democracia, do seu modo de governar, do pacto federativo”, disse Costa, ao abrir a reunião. O encontro repete, segundo o ministro, a reunião com os governadores para lidar com os ataques de 8 de janeiro, que depredaram as sedes dos três Poderes. “Trata-se no fundo da mesma motivação. A motivação de ódio, de preconceito, de racismo, pregada durante muitos anos, que se refletiu no ato do dia 8 e agora infelizmente se manifesta no ataque a nossas crianças e adolescentes”, afirmou o ministro. O ministro da Educação, Camilo Santana, apresentou medidas para proteção das escolas, como uma cartilha de recomendações de segurança e o fortalecimento das ações psicossociais nas escolas. “A partir de segunda-feira, vamos iniciar a formação de gestores e diretores de escolas para implementar as recomendações de prevenção”, disse. O ministro da Educação também defendeu que é necessária regulação das plataformas digitais e redes sociais. “Isso é problema no mundo inteiro”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Grupo criado por governo propõe programas de saúde mental e rede de inteligência para enfrentar violência em escolas

Poder Executivo | 17/04/2023 – 17h02min

O Grupo de Trabalho (GT) criado pelo governo Lula para enfrentar a onda de violência nas escolas propôs programas de saúde mental e uma rede de inteligência. Segundo o blog apurou, as medidas foram discutidas após um diagnóstico da situação do tema no Brasil apresentado ao grupo pelo ministro dos Direitos Humanos, Silvio de Almeida. Em razão da crise, o ministro determinou que o grupo apresentasse um diagnóstico específico sobre a violência nas escolas. É um preparativo para a reunião de terça-feira (18) com o presidente Lula. Na manhã da segunda-feira (17), houve reunião do GT Interministerial contra a violência nas escolas. Todos os ministros participantes concordam que o Brasil está diante da maior ameaça que pode ser enfrentada, com potencial de desestabilização, de pânico moral e infiltração de pautas de extrema-direita, como militarização e homeschooling. Os ministérios que participaram são: Ministério da Educação, da Justiça, do Esporte e dos Direitos Humanos e da Cidadania. Além deles, participaram Secom e Secretaria de Governo. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Governo adia obrigatoriedade de condenações trabalhistas no eSocial

Poder Executivo | 18/04/2023 – 10h46min

O governo federal adiou para julho de 2023 a obrigatoriedade do cadastramento de condenações trabalhistas no sistema eSocial por parte das empresas. O prazo inicial estava previsto para abril. A medida é válida tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas. Com a mudança, os empregadores terão que lançar as ações trabalhistas no sistema no mês seguinte à data da condenação, segundo Daniel Coêlho, presidente da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas). “As informações do processo deverão

ser prestadas através dos advogados das empresas que detém do conhecimento e da obrigatoriedade do processo judicial”, disse o presidente da Fenacon ao Poder360. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br